

Tudo isso nos levaria muito longe; servirá de assumpto para um capitulo sôbre a historia da egreja de S. José, que temos em mente escrever.

Todas essas velharias acabaram com a lei de 1 de Outubro de 1828, que deu nova organização ás Camaras Municipaes.

Era dellas tão entusiasta o dr. Balthazar Lisboa que no 3º volume de seus *Annaes do Rio de Janeiro* sustenta ser evidentemente falso o dizer-se que o Brasil era regido pela arbitrariedade e despotismo, quando a Camara e povo eram consultados nos negocios que lhes respeitavam!

Teria razão o nosso antigo juiz de fóra? Póde ser que sim, póde ser que não.

13 de Janeiro de 1902.

S. SEBASTIÃO

Aos vinte dias do mez de Dezembro do anno da graça de 1583, vindo do Espirito Sancto e após tormentosa viagem, chegou a esta cidade o padre Christovam Gouvêa, visitador geral dos Jesuitas trazendo em sua companhia os padres Fernão Cardim e Barnabé Tello. Cordialmente foram recebidos pelo reitor do Collegio, padre Ignacio de Tolosa, e por Salvador Corrêa de Sá (que, pela segunda vez, governava a terra) o qual, apesar de manco de uma perna, não se quiz furtar a esse dever de cortezia. Aboletados os recém-vindos no Collegio, ahi passaram o Natal e organizaram um lindo presepe, onde o ermão Barnabé *alegrava as noites com o seu birimbão!*

Havia o padre visitador trazido, engastada em um braço de prata, uma reliquia de S. Sebastião, e vindo perto o dia 20 de Janeiro, consagrado ao padroeiro da cidade, resolveu de accôrdo com o governador, celebrar festas populares em memoria da transferencia da povoação para o alto do morro, hoje do Castello, bem como das victorias alcançadas contra os Francezes e Tamoios seus alliados.

Consistiu a festança em um combate maritimo simulado; e para isso o governador, com os principaes moradores a rufarem tambores, com bandeiras desfraldadas, disparando tiros de arcabuz, entrou em uma grande barca primorosamente ornamentada, e em cuja pôpa foi armado lindo altar ladeado de numerosos cirios; sôbre elle ostentava-se a preciosa reliquia. Vinte ligeiras

canôas seguiam a capitanea da frotinha, todas ellas pintadas de varias côres, com folhagens e flammulas; em uma delas tomou logar o valente Martim Affonso Arariboia, que, de proposito de S. Lourenço viera a tomar parte nos folguedos.

Percorrida pelas embarcações grande parte da bahia, ao som das flautas, pifaros e tambores, travou-se combate entre os festins e a esquadilha, ao som da vozeria dos Indios, do ruido dos canhões e dos mosquetos.

Findo o passeio marítimo, dirigiu-se a comitiva á igreja da Misericordia, trazendo a reliquia sob um rico pallio, cujas varas eram sustentadas pelos vereadores da Camara. Ahi foi celebrado um *auto*, em tablado armado ás portas da Misericordia, distinguindo-se os actores pela riqueza de seus vestuarios, e sendo para notar um mancebo, amarrado a um pão, representando ao vivo S. Sebastião, sendo alvejado pelas settas dos presentes; *derramaram os circumstantes lagrimas de devoção e ternura!* Houve prêgação pelo padre Cardim sôbre os milagres do sancto e o muito que a cidade devia ao seu padroeiro. Beijada por todos a reliquia, poz-se em marcha a procissão para o Collegio, subindo a então ingreme e ainda não calçada ladeira (hoje da Misericordia).

Era o prestito, segundo nos refere Cardim em sua *encantadora* «Narrativa Epistolar», na phrase de Capistrano de Abreu, formado por uma multidão de meninos indios, completamente nus, com cocares na cabeça, braceletes nos braços e guizos nos pés, cantando e dançando, e declara o Jesuita ser a mais aprazivel dança que *vira no Brasil*, e que *si esses meninos se mostrassem no reino, andariam todos atrás delles*.

Terminou a festa na pequena igreja velha, ainda feita de taipa, a cujo lado estava o Collegio em obras, sendo já construidos 10 a 12 cubiculos com os tectos forrados de cedro, em um dos quaes morrêra, em 1570, o célebre Manuel da Nobrega, que apezar de gago sabia perfeitamente levar a alma de seus catechumenos á convicção e á prática das boas obras.

Com tudo isso alegrava-se Salvador Corrêa, e mórmente porque, nesse anno de 1583, havia elle terminado as obras da igreja de S. Sebastião e para ella trasladado os restos de seu primo Estácio de Sá, os quaes desde 1567 estiveram sepultados na velha capellinha, na varzea entre o Pão de Assucar e o morro Cara de Cão.

Era desse modo que, já seis annos depois de fundada a cidade do Rio de Janeiro, seus primitivos moradores commemoravam o dia 20 de Janeiro, o qual, si fossemos um povo de cultura civica, seria o mais notavel e mais festejado desta Capital Federal.

Hoje nem mais luminarias nas noites de 17, 18, 19 nem salvas de Villegagnon, ás 8 horas e repetidas ás 10, *nem a festa das canoas*; si não fossem as festividades com que sempre a religião se associa aos grandes dias da patria, o dia 20 de Janeiro passaria totalmente exquecido. Tiraes a missa pontifical celebrada na Archi-Cathedral, tiraes as novenas e a festa dos Barbadinhos e a procissão do dia 27, que servirá de assumpto ao nosso proximo artigo, e o dia de hoje passaria exquecido!

Si na vida de além tumulo o arrependimento pudesse invadir a alma de um bemaventurado, certo S. Sebastião estaria hoje desgostoso de continuar a dar o seu patriocinio aos descendentes daquelles a quem elle animou, ajudou e protegeu!

E não vem de hoje a sem ventura desse sancto, a quem poderemos chamar verdadeiramente *caipora*. Em uma cidade em que se contam ricas, poderosas e florescentes confrarias, não ha uma com a invocação desse martyr, a não ser a modesta liga de S. Sebastião, estabelecida na egreja dos Capuchinhos, e lutando com todas as difficuldades. A irmandade, da qual era mordomo Francisco Velho, continuou, ao que parece, até 1716, e depois desapareceu.

Em 1733 d. João V, querendo que continuassem a venerar o glorioso padroeiro, ordenou se constituísse uma confraria na Sé Velha; nada foi conseguido. Em tempos do conde de Resende, pôde este restaurar a antiga egreja de S. Sebastião, procurou angariar devotos para uma confraria, e apezar de vice-rei e manda-chuva, essa corporação não teve estabilidade! Mas onde deparamos a pouca sorte de São Sebastião, de maneira evidente, é desde quando o fizeram trocar sua antiga pousada, no Castello, e procurar morada na planicie. Quasi sempre andou como hospede, em casas alheias, lutando com a má vontade, as desconfianças, as intrigas dos que o acolhiam por honra da firma. Até a Ordem Terceira de S. Francisco de Paula, construindo seu magnifico templo, diminuiu de proposito o ambito da capella-mór, para que della não se enamorasse o Cabido, levando para lá a imagem de S. Sebastião!

Augmentada a população do Rio de Janeiro, estendeu-se ella pela antiga varzea, e foi pouco a pouco abandonado o morro do Castello. A velha egreja de S. Sebastião caía em ruinas e estava quasi abandonada por deficiencia de meios da Camara.

Esta, em officio dirigido ao governador, d. Luiz de Almeida, mostrava a sua má situação financeira, não podendo melhorar a egreja do glorioso martyr, a quem a cidade devia *tantos beneficios e miraculosa protecção*. O Sacrario, como sabemos, já havia sido mudado para a ermida de São José, e a antiga matriz só era

frequentada pelos poucos devotos, que não receiavam o sol ardente nem o trajecto por logares invios e perigosos, povoados por audaciosos gatunos.

As cousas chegaram a tal ponto, que o prelado Manuel da Costa e Almeida resolveu, em 1659, *mudar, desfabricar e destruir* a antiga freguezia.

Dando conta desse procedimento á Camara, esta em sessão de 13 de Agosto, estando presentes os *homens bons*, o Governador, o ouvidor e o provedor da Fazenda, protestou solennemente contra a idéa do prelado, por intermedio do procurador Francisco Pires Chaves. Recebido o protesto, Almada escreveu ameaçando o Conselho com as excommunhões da Bulla da Cêa e declarando que levaria a effeito seu protesto de mudança — *porque em todo o anno não havia quem fosse um domingo á matriz; liam-se os banhos e as cartas de excommunhão ás paredes — e faziam-se as festas da Paschoa e Natal aos negros do vigario!* Grande conflicto ia dar-se entre o Poder Civil e o Ecclesiastico; mas preponderaram as opiniões de juristas e sabedores, que foram de parecer nada se fizesse sem ouvir a opinião do rei.

A Camara, em uma longa representação, que assignaram além do procurador Pires os vereadores João Baptista Jordão e Manuel da Rocha, expoz a questão. A cousa deu em nada, e ainda dessa vez ficou descansado S. Sebastião. Elevado o Rio de Janeiro á categoria de bispado, na antiga igreja do Castello funcionou o 1º bispo d. José de Barros e Alarcão e teve assento o primeiro corpo capitular. Por um documento por nós encontrado no Archivo Publico, vemos que o thesoureiro da Sé, o dr. Clemente Martins de Mattos, para melhor acudir ao serviço da cathedral dirigiu ao rei uma petição em 1689, pedindo a desapropriação de uns terrenos pertencentes a Victoria de Sousa, viuva do mulato Domingos Corrêa, para melhorar uma casa e quintal, que elle Mattos possuia para as bandas da ladeira do Poço do Pateiro (hoje do Seminario).

Esse dr. Clemente foi dono da grande chacara de São Clemente, onde fundou uma capella, que ainda hoje deve existir no fim da rua de Humaitã, e nessa grande zona estabeleceu a primeira fabrica de anil.

Vai começar para S. Sebastião o seu longo e verdadeiro martyrio de andar de Herodes para Pilatos, tudo sempre por motivo — a falta de dinheiro!

Repetindo-se os roubos e sacrilegios practicados contra a Sé — o 2º bispo d. frei Francisco de S. Jeronymo lembrou ao rei a conveniencia da mudança para a ermida de S. José. Apezar

da planta feita em Lisboa pelo padre Francisco Tinoco, e orçando a nova obra em cem mil cruzados, deu-se de mão ao projecto. Houve idéa de ser aproveitada a igreja da Cruz, mas no meio de delongas, requerimentos, informações e consultas nada se conseguiu. Foi afinal resolvida a mudança para a Candelaria, applicando-se para as obras quantia necessaria. Em 1721 morreu o bispo d. Francisco, e tudo ficou no *statu quo*.

Em 1733 o bispo Guadalupe consegue a transferencia, afinal para a igreja da Cruz, apesar dos embargos da Camara. Teve logar a mudança em 23 de Fevereiro de 1734, mas não a furto e de noite, como erradamente diz Pizarro.

Houve o seguinte, segundo lemos em uma cópia das Consultas do Conselho Ultramarino, pertencente ao Archivo do Instituto Historico: o governador, a Camara e o bispo concordaram em deixar na velha Sé a imagem grande de São Sebastião, sendo trazida em solenne procissão para a Cruz uma imagem pequena. Terminada a festividade, com surpresa de todos foi em uma das noites seguintes trazida do Castello para a Cruz a imagem grande, carregada em um *palanquim á cabeça de negros*. Os causadores desse escandalo foram acrememente censurados e reprehendidos pelo Governó. Como é de todos sabido, da Cruz saiu S. Sebastião para a igreja do Rosario, onde esteve por cêrca de 70 annos, e durante esse tempo o nosso sancto martyr assistiu com resignação a essa verdadeira guerra do Alecrim e da Mangerona entre o Cabido e a Irmandade dos Pretos, litigio que só terminou com a chegada da Familia Real. Em 1746, veio ordem de Portugal para construir-se uma cathedral digna desta cidade. Escolhido o local, foi a 20 de Janeiro de 1749 lançada a primeira pedra; começaram as obras, mas tiveram de parar por *falta de dinheiro*, e a Sé Nova desapareceu como um sonho, continuando S. Sebastião a sua triste sina de não ter casa propria e a passar por hospede importuno.

Tendo sido em 1808 transferida a Cathedral para a igreja dos Carmelitas, ahi descançou o sancto por muitos annos; mas sendo necessario separar a Capella Imperial, foi S. Sebastião transferido para a igreja da Ordem do Carmo. Veio a Republica, houve a separação da Igreja do Estado, esgotaram-se as quantias votadas e o Sancto esteve *ainda* como hospede por mais de 12 annos, até que, graças ao venerando sr. arcebispo actual, entrou o glorioso martyr na sua antiga morada, em dias do anno passado. No frontispicio da nossa Archi-Cathedral lá está a imagem do padroeiro desta terra, olhos volvidos ao céu, implorando a protecção divina para os ingratos e que por ahi indifferentes passam, igno-

rantes do grande valor moral, civico e historico encarnado na memoravel data de 20 de Janeiro.

20 de Janeiro de 1902.

PROCISSÃO DE S. SEBASTIÃO

Na correcção a que procedeu, em 13 de Setembro de 1749, o ouvidor geral e corregedor da Comarca, o dr. Francisco Antonio Berquó da Silveira Pereira, resolveu multar em vinte mil réis as pessoas da nobreza, que nomeadas pela Camara, para pegarem nas varas do pallio e carregar o andor de S. Sebastião na respectiva procissão, sem escusa se furtavam á esse dever, fazendo pouco caso do convite e causando graves transtornos á boa execução dessa solenidade. Entendia o referido doutor não ser licito a qualquer *desprezar a eleição que o Senado fazia para occupações honoríficas*. Dahi resaltam dous factos: primeiro — e isso não soffre discussão, ser entre nós peccado velho a indifferença e a preguiça; segundo — ser a procissão, objecto destes apontamentos, cerimonia de importancia, a que ligavam alto valor não só os poderes ecclesiasticos, mas as Camaras, os representantes do poder civil, os governadores e até os proprios reis.

Diz-nos o fallecido dr. Mello Moraes que só em 1625, por um accôrdo entre os *homens bons* do povo e por estar em decadencia a confraria de S. Sebastião, tomava a Camara a si o cuidado de celebrar as festas do padroeiro da cidade. Entretanto, isso não nos parece, salvo melhor juizo, inteiramente exacto, porque todos os Conselhos do Brasil eram obrigados a celebrar certo numero de festas annuaes, inclusive a de S. Sebastião; e tractando-se no Rio de Janeiro de um sancto a que a cidade devia o nome, e cujo patrocínio era evidente, os nossos antigos Conselhos municipaes tomaram a si a tarefa de celebrar a commemoração do padroeiro, logo depois da fundação da cidade. A procissão de São Sebastião é pois entre nós antiga, e conquanto muito tenha perdido de seu antigo esplendor, é ainda uma das tradições que, felizmente ainda hoje se conserva. Era o sancto saudado com honras militares.

Enquanto o prestito corria a cidade, dava a fortaleza do Castello tres salvas reaes, correspondidas pelos navios ancorados, e era tal o estampido dos tiros que d. João V, em tempo do governador Luiz Vahia Monteiro e em virtude da reclamação dos moradores ordenou fossem as salvas dadas pela fortaleza de Sancto Antonio, da ponta da ilha das Cobras!